

Inquérito sobre a aceitação e perceção dos cidadãos das tecnologias de segurança e monitorização



Glossário

Direitos fundamentais: "Direitos fundamentais" exprime o conceito de "direitos humanos" num contexto específico da União Europeia (UE). A UE passou a utilizar direitos fundamentais para descrever as obrigações da UE e dos seus Estados-Membros para com todos na UE.

Os direitos humanos são inerentes a todos os seres humanos, independentemente do sexo, raça, cor, origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou crença, de opinião política ou outra, de origem de uma minoria nacional, fortuna, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual. Todos nós temos igualmente direito aos nossos direitos humanos sem discriminação. Todos estes direitos estão interligados, interdependentes e indivisíveis. Os direitos humanos universais são muitas vezes expressos e garantidos por lei nos tratados, no direito internacional convencional e consuetudinário, nos princípios gerais e noutras fontes de direito internacional. O direito internacional dos direitos humanos estabelece as obrigações dos governos para agirem de determinada forma ou de se absterem de determinados atos para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de indivíduos ou grupos. Entre os direitos fundamentais, citaremos: Direito à autodeterminação; Direito à liberdade; Direito ao devido processo legal; Direito à liberdade de circulação; Direito à privacidade; Direito à liberdade de pensamento, de religião, de expressão, de associação.

Fronteira interna da UE: Fronteiras comuns dos Estados-Membros de Schengen, incluindo fronteiras terrestres, fronteiras fluviais e lagos, fronteiras marítimas e seus aeroportos, portos fluviais, portos marítimos e portos de lagos.

Fronteira externa da UE: As partes da fronteira de um Estado-Membro de Schengen, incluindo as fronteiras terrestres, os rios e os lagos, as fronteiras marítimas e os seus aeroportos, portos fluviais, portos marítimos e portos de lagos, que não são fronteiras comuns com outro Estado-Membro de Schengen.

Vigilância das fronteiras da UE: o intercâmbio de informações e a cooperação entre os Estados-Membros da UE e as agências da UE para melhorar o conhecimento situacional e aumentar a capacidade de reação nas fronteiras externas da UE para a deteção, prevenção e combate à migração irregular e à criminalidade transfronteiriça, contribuindo para a garantia da proteção e salvaguarda a vida dos migrantes.

Privacidade: o direito de ter as informações pessoais protegidas perante o governo e/ou organizações privadas interessadas em aceder-lhes para fins comerciais, lucrativos ou outros usos que excedam as circunstâncias excecionais definidas pela lei.ⁱ

Segurança: o direito e o dever dos governos nacionais de garantir a segurança pessoal dos cidadãos.ⁱⁱ

Vigilância: O termo parece estritamente entrelaçado com os múltiplos significados tanto de privacidade como de segurança. De acordo com as definições predominantes, a vigilância é a

média através da qual a privacidade é comprimida para garantir a segurança.

Biometria: características físicas ou comportamentais únicas (tais como impressões digitais ou padrões de voz) utilizadas como meio de verificação da identidade pessoal.

Passaporte biométrico: passaporte tradicional com chip de microprocessador eletrônico incorporado que contenha informações biométricas do titular do passaporte que possa ser utilizado para autenticar a sua identidade.

Sistemas de Veículos Não Tripulados (*Unmanned Vehicle Systems - UVS*): sistemas eletromecânicos que podem executar missões planejadas, sem operador humano a bordo. Os UVS podem ser controlados à distância (por um piloto remoto) ou navegar de forma autónoma com base em planos pré-programados ou em sistemas dinâmicos de automação mais complexos. Incluem veículos que se deslocam no ar (vulgarmente conhecidos como "drones"), no chão e na superfície do mar.ⁱⁱⁱ

Reconhecimento automático de imagem facial (*Automatic face image recognition - AFR*): O reconhecimento facial é uma categoria de segurança biométrica que permite identificar ou confirmar a identidade de um indivíduo usando a geometria específica do seu rosto. Os sistemas de reconhecimento facial podem ser usados para identificar pessoas em fotos, vídeos, em tempo real ou não.

Reconhecimento de matrículas (*License Plate Recognition - LPR*): a capacidade de obter vídeos ou imagens fotográficas de matrículas de veículos e transformar os dados óticos em informação digital em tempo real. Por exemplo, a LPR pode ser utilizada por razões de segurança para detetar veículos roubados, procurados ou sem seguro.

Escutas: o ato de ouvir secretamente uma troca, privada ou não, da qual não fazemos parte ativamente. Na segurança do computador, a definição tem o mesmo significado em termos digitais: interceção de uma conversa, comunicação ou transmissão digital, incluindo chamadas telefónicas, e-mails, mensagens instantâneas ou qualquer outro serviço de internet.

ⁱ Riley, T. (2007). Segurança vs. Privacidade: Uma Análise Comparativa do Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. *Jornal de Negócios e Política Pública*, 1.2, 1-21.

ⁱⁱ Pavone V., e Degli Esposti S. (2010). Avaliação pública de novas tecnologias de segurança orientadas para a vigilância: Para além da compensação entre privacidade e segurança. *Compreensão pública da ciência*, 21(5), 556-572.

ⁱⁱⁱ Publicação Especial do Instituto Nacional de Normas e Tecnologia 1011. Quadro de níveis de autonomia para sistemas não tripulados (ALFUS), Volume I: Terminologia, Versão 1.1. Setembro de 2004. Disponível online (acessado a 22 de setembro de 2020).